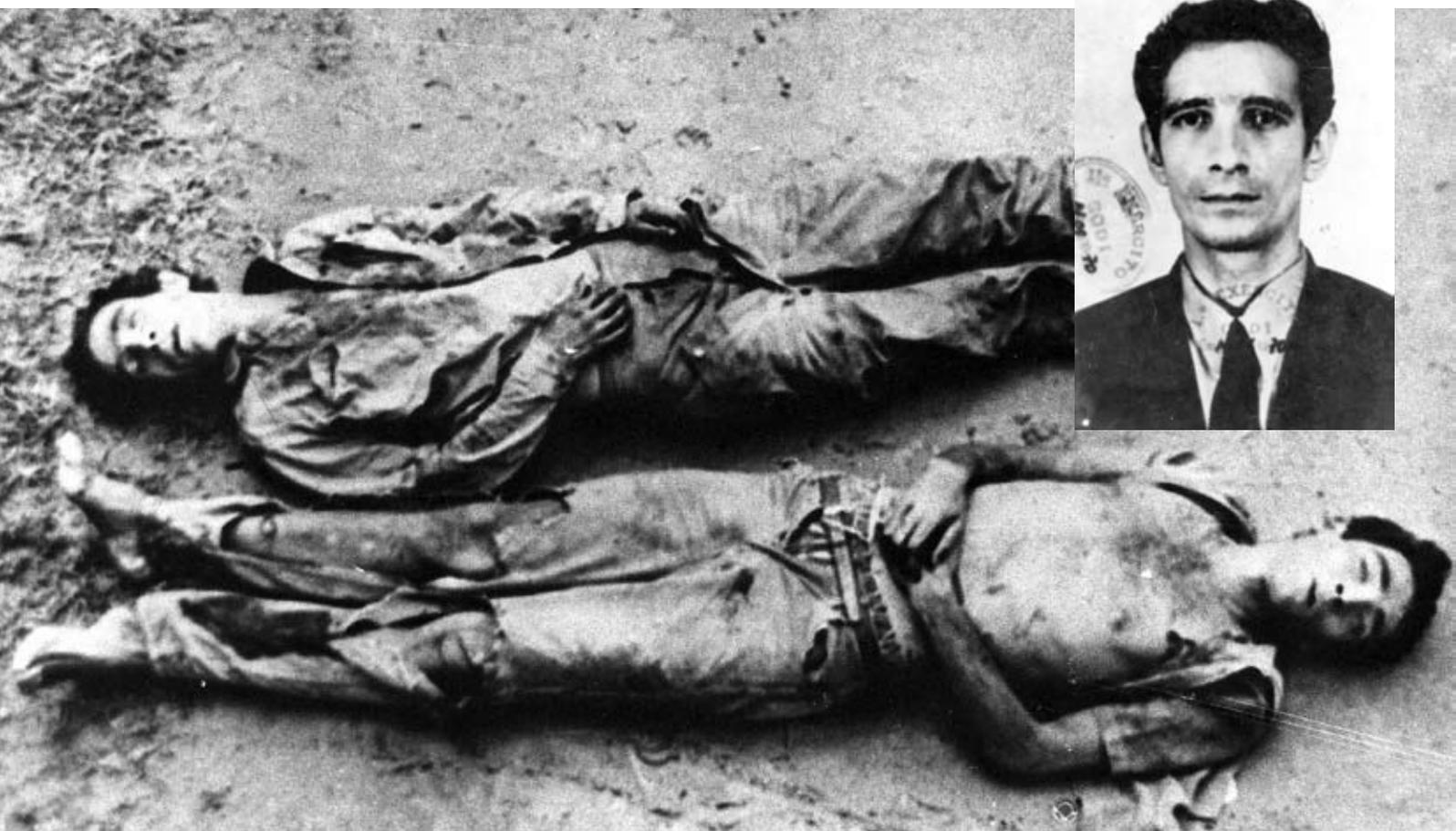


LEMBRANÇAS DO CAPITÃO QUE VIROU GUERRILHEIRO E MORREU POR CONVICÇÕES

Fausto Salvadori
Jornalista



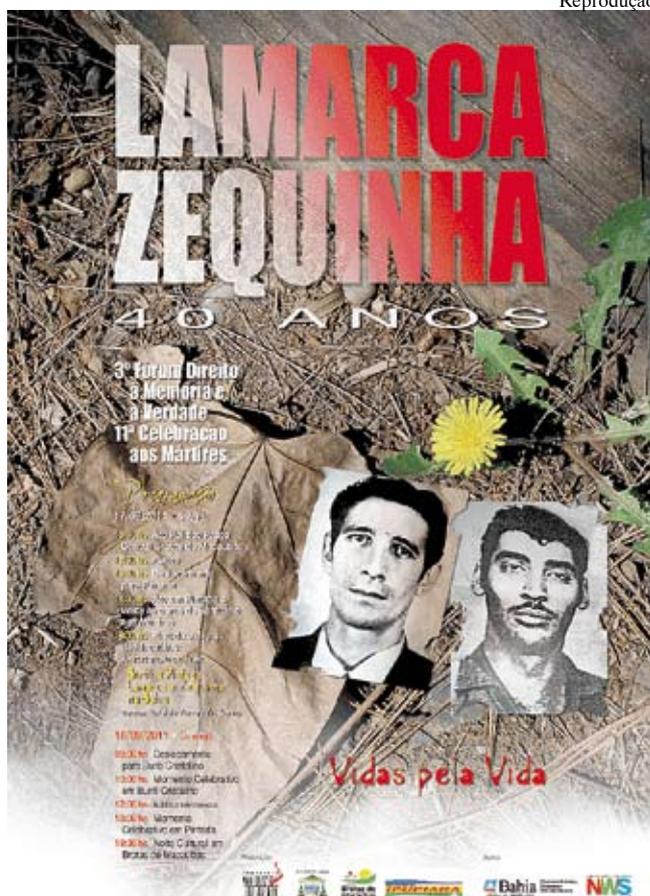
Reprodução

Homenagem a Carlos Lamarca revela que a memória do militar que virou guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) permanece incômoda para os saudosos do regime militar. E traz à luz as atrocidades da Operação Pajuçara, realizada pelas Forças Armadas em agosto e setembro de 1971 no longínquo povoado de Buriti Cristalino, no município de Brotas de Macaúbas, em pleno sertão baiano, e que resultou no assassinato de Lamarca e de seus companheiros Zequinha Barreto, Otoniel Campos Barreto e Luís Antônio Santa Bárbara

De todos os que se levantaram contra a Ditadura Militar entre 1964 e 1985, poucos nomes ainda incomodam tanto os saudosos do antigo regime quanto o de Carlos Lamarca (1937-1971), o oficial que trocou o Exército pela guerrilha.

Interpretado por um ator de prestígio, Paulo Betti, o capitão rebelde chegou a tornar-se tema de um longa-metragem, como Frei Tito, Zuzu Angel, Olga Benário, Luís Carlos Prestes. Dessa linha de filmes, contudo, “Lamarca” (1994) foi o único a enfrentar ataques de figuras remanescentes da ditadura — o general Nilton Cerqueira tentou, sem sucesso, proibir o filme na Justiça quando era secretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro.

Entre as reparações concedidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a decisão referente a Lamarca — que concedeu ao antigo capitão a patente póstuma de coronel e permitiu à sua família receber pensão equivalente ao vencimento de um general-de-brigada — também foi a que mais incomodou os militares. Tanto que os clubes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica uniram-se numa ação judicial que, em 2007, conseguiu suspender tanto a promoção post-mortem como as indenizações para a família, por meio de uma decisão liminar que, quatro anos depois, ainda aguarda uma sentença em definitivo.



Material de divulgação da "Celebração dos Mártires"

Em 24 de setembro de 2011, a lembrança incômoda de Lamarca foi resgatada, mais uma vez, durante o evento “Quarenta Anos do Massacre de Buritis”, realizado no Memorial da Resistência, no centro de São Paulo. A homenagem celebrou tanto Lamarca como seus três companheiros assassinados no município de Brotas de Macaúbas, no sertão baiano: Zequinha Barreto (1945-1971), seu irmão Otoniel Campos Barreto (1951-1971) e Luís Antônio Santa Bárbara (1946-1971). Os quatro caíram em agosto de 1971, vítimas da Operação Pajuçara, uma ação conjunta envolvendo as três Forças Armadas que, segundo relatos de moradores, transformou o povoado de Buriti Cristalino na versão sertaneja de

um campo de concentração, com torturas e execuções públicas. A operação foi comandada pelo então major Nilton Cerqueira, o mesmo que, duas décadas depois, tentaria censurar o filme sobre o inimigo que ele matou.

“Lamarca é uma figura emblemática. Ele incomoda por denunciar a essência do regime militar, que foi a de colocar as Forças Armadas a serviço de uma ditadura”, afirmou Ivan Seixas, diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política e do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, na abertura da homenagem. Para Seixas, a memória de Lamarca obriga as Forças

Armadas a encarar o fato de que os militares não estavam todos unidos em torno do projeto da repressão, como muitos prefeririam acreditar. “Uma boa parte das Forças Armadas não concordava com o golpe de 1964 e foi expurgada. Os militares se envergonham disso”, lembrou.

Lamarca é taxado pelo Exército como “desertor” desde que abandonou o 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco, para mergulhar na clandestinidade como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 24 de janeiro de 1969. O crime de deserção — alegado pela Justiça para negar a promoção póstuma e a indenização para a família — não deveria se aplicar a Lamarca, segundo Ivan, porque o capitão havia se insurgido contra



Litercínio Jr., prefeito de Brotas de Macaúba (BA), e Roque Aparecido

uma ilegalidade praticada pelos seus pares, “o crime de lesa-pátria que foi o golpe de 1964”. “Ele não desertou, mas continuou na luta como um oficial das Forças Armadas a serviço do povo brasileiro”, diz.

Buriti Cristalino, um povoado de 200 habitantes, viu-se tomado por 215 militares da Operação Pajuçara. Invadiram a casa da família Barreto, onde mataram Otoniel e Santa Bárbara. Chefe da família, José Barreto foi torturado durante dias diante da população, para contar onde o filho Zequinha se escondia

Magoada com os ataques a Lamarca, sua viúva, Maria Pavan, e os filhos, César e Cláudia, não quiseram participar da homenagem, mantendo a postura discreta que adotaram desde que retornaram ao Brasil, após a redemocratização, vindos de Cuba, onde passaram os Anos de Chumbo. Em nota, porém, a família denunciou a perseguição à memória do combatente: “Quando três clubes militares se unem contra uma brasileira de 74 anos de idade para lhe suprimir um direito inalienável, o direito de anistia de seu próprio companheiro, é porque chegamos ao caos silencioso e à ignorância de fatos amparados na alienação do poder judiciário de alguns magistrados”.

Durante o evento, a opção da família de Lamarca de evitar manifestações públicas foi questionada por Clara Charf, viúva do guerrilheiro Carlos Marighella (1911-1969) e presença certa em eventos relacionados a democracia e direitos humanos. “É

importante que a família de Lamarca também fale tudo o que sabe sobre aquele período, para fazer o resgate da verdade histórica”, disse.

Falar sobre Lamarca é ainda mais difícil para a população de Brotas de Macaúbas, onde o militar rebelado passou os últimos dois meses de sua vida. Após deixar em Salvador sua companheira, Iara Iavelberg (1944-1971), do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Lamarca havia seguido para o povoado de Buriti Cristalino, convidado por um outro militante do MR-8, Zequinha Barreto. Zequinha havia atuado como líder sindical em Osasco, na Grande São Paulo, onde fora preso e torturado, e agora estava de volta à sua terra natal para tentar implantar um foco de guerrilha rural, com a colaboração dos seus irmãos, Otoniel e Olderico, e do professor de adultos e crianças Luiz Antônio Santa Bárbara.

Durante a homenagem a Lamarca, a entrada do capitão em Buri-



Daniel Garcia

Antigos militantes da VPR se reencontram na homenagem a Lamarca

ti foi narrada por um emocionado Roque Aparecido Silva, sindicalista e diretor do Instituto Zequinha Barreto, em Osasco. “Na chegada, em 29 de junho, ele foi recebido por alguns companheiros camponezes. Nas festas juninas, tem uma tradição de soltar três rojões e para cada rojão fazer um desejo. Levaram três rojões para Lamarca. Ele soltou o primeiro e o desejo dele foi de que a revolução fosse vitoriosa no mundo, especialmente no Brasil. O rojão estourou. No segundo rojão, ele pediu para que miséria se acabasse no Brasil. Estourou. No terceiro, que ele fosse muito feliz com Iara Iavelberg. Deu xabu.”

Em 20 de agosto, menos de um mês após Lamarca desejar a felicidade para sua companheira, Iara morreria em Salvador. Oficialmente, ela teria se suicidado para não ser presa por agentes da repressão. Em 2005, uma análise pericial dos restos mortais da guerrilheira, feita pelo médico Daniel Romero Muñoz,

da Faculdade de Medicina da USP, apontou sinais de execução.

Oito dias após a morte de Iara, a Operação Pajuçara, criada para capturar “o inimigo número 1” da Ditadura, chegava a Buriti Cristalino. De uma hora para outra, o povoado de 200 habitantes viu-se invadido por 215 homens das três Forças Armadas, além de policiais federais, civis e militares. Invadiram a casa da família Barreto, onde mataram Otoniel e Santa Bárbara, além de balear Olderico. Durante dias, o chefe da família, José Barreto, foi torturado diante da população para contar onde seu filho Zequinha estava escondido com Lamarca. Zé Barreto era o “juiz de paz”, a principal autoridade moral do povoado. Havia construído a igreja e a escola, era em sua casa que as noivas se vestiam para o casamento e era seu Zé quem trazia o padre a Buriti para celebrar as festas religiosas. “Imaginem o que foi para a população ver aquele ho-

mem sendo torturado em praça pública”, comenta Aparecido.

A perseguição dos militares acabou em 17 de setembro de 1971, quando Lamarca e Zequinha, já bastante debilitados, foram descobertos na caatinga e executados por Cerqueira e sua tropa. Nos anos seguintes, o medo provocado pela ação militar deixou marcas, e ainda persiste

E houve outras histórias de abuso, como a sofrida por Abel, farmacêutico que arrancava dentes e fazia parto na região. Como fornecia

alimento para Lamarca, Abel temia revelar alguma informação caso fosse preso e torturado pelos militares que ocupavam a cidade, e tentou se matar enfiando o conteúdo de um frasco de Aldrin no ânus. Após quatro meses internado, Abel sobreviveu, mas com seqüelas, entre elas a cegueira. E é assim, cego e lúcido, que Abel conta sua história no curta *Massacre de Buriti Cristalino*, documentário de Maria Sena exibido no evento.

A perseguição dos militares acabou em 17 de setembro de 1971, quando Lamarca e Zequinha, já bastante debilitados, foram descobertos na caatinga e executados por Cerqueira e sua tropa. Nos anos seguintes, o medo provocado pela ação dos militares deixou marcas tão fundas que era como se a população local, sem saber, tivesse se encarregado de seguir a ordem baixada pela Censura Federal, em 22 de setembro de 1971, que proibia qualquer menção ao nome de Lamarca, uma vez que “qualquer referência favorecerá a criação do mito ou deturpação, propiciando imagem de mártir que prejudicará interesses da segurança nacional”.

“Durante quarenta anos, os moradores do município evitaram comentar o que tinha acontecido. Os mais novos não sabiam quem havia sido Lamarca ou Zequinha”, con-

teu, durante o evento, o prefeito de Brotas de Macaúbas, Litercílio Jr., do PT, que tinha dois anos na época da Operação Pajuçara.

Mesmo após a democratização, a herança do medo deixado pela presença militar continuou a ser manipulada pela elite política local. “Um soldado que havia colaborado com os militares durante o cerco a Lamarca conseguiu eleger a mulher vereadora por vários mandatos, ameaçando: ‘Se não votarem nela, eu chamo o comando de volta’”, contou a cineasta Maria das Graças Sena, esposa de Roque Aparecido. Até hoje, segundo ela, alguns moradores se recusam a receber agentes de saúde em casa e deixam de levar os filhos para re-

ceber vacina. Tudo por conta do medo.

Maria conta que foi a Brotas, em 2008, para documentar “a luta de Davi e Golias” que vinha sendo travada na disputa eleitoral pela prefeitura, entre um jovem político do PT e um representante do grupo político, ligado ao carlismo, que há anos comandava o município. Ali, resolveu ir além do documentário e engajar-se ela própria na disputa eleitoral. Ficou surpresa ao ver que o candidato de oposição, Litercílio Júnior, fazia uma campanha clandestina, sem comícios nem santinhos. “As pessoas não iam a comícios nem pegavam panfletinhos, porque ti-

nham medo de ficarem marcadas por apoiar a oposição”, conta.

“Ninguém queria ser identificado como eleitor da oposição porque tudo no município girava em torno do prefeito”, afirma Litercílio. Segundo ele, quem trabalhava na iniciativa privada temia o prefeito, que era dono da maior parte das empresas, e o mesmo acontecia com os servidores públicos, pois, “se um funcionário questionasse o poder local, era transferido para outro local do município de difícil acesso”. E dá para imaginar o que significa “difícil acesso” num município espalhado por 2.372 quilômetros quadrados sem boa infraestrutura de transporte público.

TERRORISTAS PROCURADOS



CARLOS LAMARCA
(CLAUDIO PAULISTA, CDD)



TEREZA TAVEIRAS
(CLAUDIA BORG)

AJUDE A PROTEGER SUA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES



MANOEL JOAQUIM DA SILVA
(JOSUE LARRO)



JAIRO ALLEN LUZ
(CDD)

AVISE À POLÍCIA

Cartaz produzido pela Ditadura Militar

Reprodução

Todo ano ocorre em Ipujiara a “Celebração dos Mártires”, no local onde foram mortos Lamarca e Zequinha. E a prefeitura de Brotas realizou um concurso de redação sobre a luta de Lamarca, voltado aos alunos das escolas locais, que recebeu mais de mil inscrições

Para contornar as resistências da população, o grupo de Litercílio adotou a estratégia de fazer uma campanha secreta, indo de casa em casa, evitando aglomerações que chamassem atenção. As peças de propaganda eram mostradas, não entregues. “Não entregávamos os folhetos para as pessoas, para não deixar ninguém ‘marcado’, e pedíamos apenas para decorar o nosso número”, diz Litercílio. Ele acabou eleito com 3.202 votos válidos, apenas 90 a mais do que o segundo colocado, pondo fim ao domínio do carlismo no município. “A Bahia viveu uma ditadura que acabou em 2006 [com a eleição de Jacques Wagner]. Em Brotas de Macaúbas, a ditadura acabou em 2008”, diz.

Na prefeitura, Litercílio tratou de resgatar as memórias que por tanto tempo a cidade havia ocultado. Criou um evento anual, o Fórum Direito à Memória e a Vida, para lembrar os eventos de 1971 e seus

personagens. “Ninguém daqui conhecia o que havia acontecido. Era uma dívida que tínhamos com Zequinha e Lamarca”, afirma. O evento veio se somar a uma iniciativa de resgate da memória que vinha sendo conduzida pela igreja católica desde 2001, a Celebração dos Mártires, um ato ecumênico realizado anualmente em Pintada, no município vizinho de Ipujiara, no local onde Lamarca e Zequinha foram mortos. Em 2011, a prefeitura realizou um concurso de redação sobre a luta de Lamarca, voltado aos alunos das escolas locais, que recebeu mais de mil inscrições.

“Esse resgate é importante para reafirmar a liberdade, a democracia e a justiça”, diz Litercílio. Nessa luta, a briga mais forte que enfrentou com os vereadores da oposição foi para conseguir aprovar um projeto transformando em feriado o dia 17 de setembro, que homenageia as vítimas da Operação Pirajuçara. Após virar lei, o feriado foi celebrado pela primeira vez em 2009. Apesar da presença de autoridades, como o ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, e de secretários do governo baiano, o evento foi pouco concorrido, conta Litercílio. Acontece que alguns dos convidados chegaram de helicóptero, veículo que a maioria dos moradores não via desde 1971. Ao ouvir o barulho do motor das hélices, muitos correram para se trancar em casa e assistiram à cerimônia pelas frestas da janela. “Muitas pessoas de lá ainda sentem cólica quando vêem um helicóptero”, explica Litercílio. Medo não é inimigo que se vença tão fácil.

E o resgate continua. Maria Sena participou do processo criando o

Cineclube Carlos Lamarca. Começou com poucos recursos: um projetor comprado após um vaquinha realizada entre amigos de Salvador e uma porção de cadeiras levadas pelos próprios moradores de Brotas, que se reuniam todo sábado para assistir a filmes da coleção pessoal de DVDs de Maria e Roque. Hoje, o projeto conta com cadeiras e acervo fornecidos pelo Ministério da Cultura e leva o nome de Cinema Carlos Lamarca — a única sala de exibição num raio de 200 quilômetros.

Em cada fala, os participantes chamaram atenção para a necessidade de prosseguir carregando as mesmas bandeiras que os levaram à luta armada, agora com outros métodos de combate. Como o ex-operário italiano Roberto De Fortini, que foi preso enquanto tentava construir um foco de resistência rural da VPR no Rio Grande do Sul e libertado pelo regime após o sequestro do embaixador alemão, em 1970, e que atualmente trabalha com experiências de economia solidária, tentando encontrar formas de tornar os pequenos produtores autossuficientes através de cooperativas. Ou o professor Ladislau Dowbor, da PUC-SP, outro militante da VPR, preso na mesma época e libertado após o sequestro do embaixador suíço.

“Nós continuamos na ativa. Os problemas sociais que nos motivaram a lutar permanecem até hoje”, disse Ladislau, que hoje atua como consultor do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Como resumiu outro militante da VPR, Pedro Lobo de Oliveira: “Nossa luta hoje não é com o fuzil, é com a palavra”.